



Governo do Distrito Federal
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
Núcleo de Licitação

Comunicado - NOVACAP/PRES/NLC

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Referência: Pregão eletrônico nº 039/2024 - NLC/PRES

Objeto: Registro de Preços para eventual contratação de empresas de engenharia para implantação e manutenção de estacionamentos em pavimento intertravado, asfáltico e rígido, em todo o Distrito Federal, de acordo com as especificações técnicas do Projeto Básico e do Edital e seus anexos.

1.
1.1.
1.2.
2.
2.1.
3.
3.1.
- DA INTRODUÇÃO
- DA TEMPESTIVIDADE
- DAS ALEGAÇÕES DA REQUERENTE
- O Pregão Eletrônico nº 039/2024 – NLC/PRES foi suspenso, conforme Aviso de Adiamento publicado em 29 de janeiro de 2025 (161718387). Na presente data, 12 de março de 2025, foi republicado novo edital, com a reabertura do certame prevista para o dia 4 de abril de 2025 (165278845).
- Foi apresentado o seguinte pedido de esclarecimento, conforme Doc. SEI/GDF nº 167256465.
- Primeiramente, cumpre demonstrar a tempestividade e o cabimento da presente pedido de esclarecimento, eis que atende a todas as disposições constantes da legislação em vigência e do Instrumento Convocatório.
- As razões apresentadas pela empresa interessada incluem as indagação a seguir, que foi respondida pela área técnica por meio do Despacho 167343082.

Questionamento	Resposta

O edital no item 4.2 deixa claro que a impugnação ou pedido de esclarecimento será com 3 dias úteis.

4.2 - No mesmo prazo do item anterior, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos sobre a licitação, dispondo a Comissão Permanente de Licitação de 3 (três) dias úteis contados do pedido. Demonstrada, portanto, a tempestividade do presente pedido de esclarecimento.

Documentos relativos à qualificação técnica

Sobre o assunto tratado em referência, o contratante exigiu:

7.3.1.16 COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

7.3.1.16.1 CAPACIDADE DO RESPONSÁVEL TÉCNICO – na forma exigida no subitem 11.1 do Projeto Básico.

7.3.1.16.2 CAPACIDADE OPERATIVA DA EMPRESA – na forma exigida no subitem 11.2 do Projeto Básico.

No item 11 do projeto básico

11. EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO TÉCNICA / COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

11.2 As empresas PROPONENTES deverão comprovar ter executado, a qualquer tempo, os serviços descritos na Tabela 7, por meio de certidão(ões) e atestado(s). O(s) atestado(s) para capacidade opera va da empresa deverá(ão) ser acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) em nome de profissional habilitado, que trabalhe para a sociedade ou já tenha figurado como responsável técnico da empresa, desde que conste na documentação comprobatória do acervo profissional, o nome da pessoa jurídica do licitante, bem como a empresa contratada para a execução dos serviços, a teor do art. 64, § 3º, da Resolução nº 1.025/09-CONFEA, fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado. É permitida a apresentação de diferentes atestados de capacidade técnica para cada um dos diferentes serviços. Deverá ser comprovada, para cada lote necessariamente, a execução nas quantidades exigidas como Capacidade Operativa, os seguintes serviços apresentados nas tabelas abaixo:

Serviços e quantitativos a serem comprovados para o LOTE 1

CAPACIDADE OPERATIVA EXIGIDA PARA O LOTE 1			
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE ORÇADA	CAPACIDADE OPERATIVA EXIGIDA
1	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES	8.782,50 m ³	4.391,25 m ³
2	EXECUÇÃO DE PÁTIO/ESTACIONAMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL	21.956,25 m ²	10.978,12 m ²
3	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO DE CONCRETO SIMPLES (PCS), FCK = 40 MPA, CAMADA COM ESPESSURA DE 20,0 CM	4.044,00 m ²	2.022,00 m ²
4	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO CONCRETO ASFÁLTICO - FAIXA C - AREIA E BRITA COMERCIAIS	3.161,70 t	1.580,85 t
5	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO.	234,95 m ³	117,47 m ³
6	EXECUÇÃO DE FRESAGEM DE PAVIMENTO ASFÁLTICO	11.960,00 m ²	5.980,00 m ²
7	EXECUÇÃO DE MICRORREVESTIMENTO A FRIO COM EMULSÃO MODIFICADA COM POLÍMERO	13.173,75 m ²	6.586,87 m ²

Serviços e quantitativos a serem comprovados para o LOTE 2

CAPACIDADE OPERATIVA EXIGIDA PARA O LOTE 2			
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE ORÇADA	CAPACIDADE OPERATIVA EXIGIDA
1	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES	9.145,80 m ³	4.572,90 m ³
2	EXECUÇÃO DE PÁTIO/ESTACIONAMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL	22.864,50 m ²	11.432,25 m ²
3	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO DE CONCRETO SIMPLES (PCS), FCK = 40 MPA, CAMADA COM ESPESSURA DE 20,0 CM	4.203,60 m ²	2.101,80 m ²
4	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO CONCRETO ASFÁLTICO - FAIXA C - AREIA E BRITA COMERCIAIS	3.292,48 t	1.646,24 t
5	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO.	254,21m ³	127,10 m ³
6	EXECUÇÃO DE FRESAGEM DE PAVIMENTO ASFÁLTICO	12.444,96 m ²	6.222,48 m ²
7	EXECUÇÃO DE MICRORREVESTIMENTO A FRIO COM EMULSÃO MODIFICADA COM POLÍMERO	13.718,70 m ²	6.859,35 m ²

O Edital exige 3 (três) itens de maior relevância, conforme o pacificado nos tribunais com valor acima de 4% do valor global.

Vejamos os valores referente ao Lote 1:

1. A legislação que rege o certame é a Lei 13.303/2016 que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Município e não a Lei 14.133/2021, indicada pelo licitante.

2. Assim, a legislação que regulamenta o edital não prevê limitação para exigência de comprovação de capacidade técnica. O tema é regulado pelo Art. 85 do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia , a saber:

"Art. 85. A documentação relativa à qualificação técnica ficará adstrita a: §6º A comprovação de capacidade técnico-operacional deve se limitar ao percentual máximo de 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância da obra ou serviço, salvo em casos excepcionais, cujas justificativas deverão estar tecnicamente explicitadas no processo administrativo."

3. Pelo exposto, reiteramos que o certame está em conformidade com a legislação vigente.

SINAPI / CPU	DESCRIÇÃO	Unid.	Quantia	Custo unitário	Custo Total do item	%
94991	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO C20, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	M3	234,9555	688,17	161.689,33	1,11%
96001	FRESAGEM DE PAVIMENTO ASFÁLTICO (PROFUNDIDADE ATÉ 5,0 CM) - EXCLUSIVE TRANSPORTE. AF_11/2019	M2	11.960,0079	7,46	88.221,66	0,61%
4011412 / SICRO	MICRO REVESTIMENTO A FRIO COM EMULSÃO MODIFICADA COM POLÍMERO DE 2,0 CM - BRITA COMERCIAL (EXCLUSIVE PRODUTO BETUMINOSO)	m2	13.173,7589	5,74	75.617,38	0,52%

Vejamos os valores referente ao Lote 2

SINAPI / CPU	DESCRIÇÃO	Unid.	Quantia	Custo unitário	Custo Total do item	%
94991	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO C20, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	M3	254,2103	688,17	174.939,89	1,11%
96001	FRESAGEM DE PAVIMENTO ASFÁLTICO (PROFUNDIDADE ATÉ 5,0 CM) - EXCLUSIVE TRANSPORTE. AF_11/2019	M2	12.444,9637	7,46	92.839,43	0,59%
4011412 / SICRO	MICRO REVESTIMENTO A FRIO COM EMULSÃO MODIFICADA COM POLÍMERO DE 2,0 CM - BRITA COMERCIAL (EXCLUSIVE PRODUTO BETUMINOSO)	m2	13.718,7046	5,74	78.745,36	0,50%

Agora vejamos o que diz o Art. 67 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso; V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso; VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

Diante do exposto acima, solicitamos a retificação do edital para que se adeque a nova lei e a sumula 272/2012 do TCU.

SÚMULA Nº 272/2012

No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato.

Fundamento Legal - Constituição Federal de 1.988, art. 37, inciso XXI; - Lei nº 8.666/63, art. 3º, § 1º, incisos I; arts. 27 e 30 e art. 44, § 1º; - Lei nº 9.784, de 29/01/1999, art. 2º, caput e inciso VI do Parágrafo único. Precedentes - Acórdão 2575/2008 – Primeira Câmara - Sessão de 12/08/2008, Ata nº 28/2008, Proc. 001.070/2008-5, in DOU de 14/08/2008. - Acórdão 3577/2008 – Segunda Câmara - Sessão de 23/09/2008, Ata nº 24/2008, Proc. 019.913/2007-0, in DOU de 25/09/2008. - Acórdão 0481/2004 – Plenário - Sessão de 28/04/2004, Ata nº 13/2004, Proc. 003.674/2004 3, in DOU de 12/05/2004. - Acórdão 1878/2005 – Plenário - Sessão de 16/11/2005, Ata nº 45/2005, Proc. 007.634/2005 4, in DOU de 28/11/2005. - Acórdão 1910/2007 – Plenário - Sessão de 12/09/2007, Ata nº 38/2007, Proc. 026.039/2006 9, in DOU de 14/09/2007. - Acórdão 0669/2008 – Plenário - Sessão de 16/04/2008, Ata nº 12/2008, Proc. 019.111/2007 1, in DOU de 18/04/2008. - Acórdão 2008/2008 – Plenário - Sessão de 10/09/2008, Ata nº 36/2008, Proc. 005.958/2008 8, in DOU de 12/09/2008. - Acórdão 0165/2009 – Plenário - Sessão de 11/02/2009, Ata nº 06/2009, Proc. 027.772/20082, in DOU de 16/02/2009.

Diante do exposto solicitamos que seja retificado o edital.

3.3. É o breve relatório.

4. CONCLUSÃO

4.1. Sendo estas as informações, consideramos atendido o pedido de esclarecimento.

4.2. A presente resposta ao pedido de esclarecimento ficará disponível e será divulgada nos seguintes endereços eletrônicos: <http://app.novacap.df.gov.br/solicitapublica/> (portal da NOVACAP) e www.licitacoes-e.com.br (portal do Banco do Brasil).



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Chefe do Núcleo de Licitação**, em 03/04/2025, às 09:35, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **167391507** código CRC= **B9EEBE2A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br

00112-00017899/2024-45

Doc. SEI/GDF 167391507